



Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS**

**LEI Nº 844/2001**

**Institui o Programa de Renda Mínima associada a ações sócio-educativas, e determina outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS**, Estado do Rio Grande do Norte, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído, no âmbito deste município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.

§ 1º - São beneficiários do Programa instituído por Lei as famílias com renda familiar per capita até noventa reais mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis a quinze anos, matriculadas com estabelecimento de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.

§ 2º - Para fins do parágrafo anterior, considera-se:

I - Família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;

II - Para enquadramento na faixa etária, a idade da criança em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União;

III - Para determinação da renda familiar per capita, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida de seus membros;

IV - Que todas as crianças que residem na Zona Rural e apresentam os critérios estabelecidos no §1º sejam atendidas pelo programa.

§3º - O poder executivo poderá reajustar o limite de renda per capita fixado no §1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.

**Art. 2º** - O programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar as das aulas.

§1º - O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para atendimento dos objetivos do programa.



Estado do Rio Grande do Norte

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS

§2º - As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua complementação.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa-Escola”, instituído pelo Governo Federal.

§1º - Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.

§2º - Compete à Secretaria de Educação desempenhar as funções de responsabilidade do município em decorrência da adesão do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa-Escola”.

**Art. 4º** - As inscrições para o Programa serão realizadas nas Escolas Públicas.

Parágrafo Único – No ato da inscrição, a Mãe/Responsável Legal, preencherá o formulário de Cadastramento de Família, devendo apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de identidade
- Certidão de Nascimento ou Casamento
- Carteira de Trabalho
- CPF.

**Art. 5º** - Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, com as seguintes competências:

I – acompanhar e avaliar a execução das ações definidas na forma do §1º do art 2º;

II – aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo municipal como beneficiárias do Programa;

III – aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias.

IV – estimular a participação comunitária no controle de execução do programa no âmbito municipal;

V – desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima – “Bolsa-Escola”;

VI – elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e

VII – exercer outras atribuições estabelecidas e normas complementares.

§1º - O Conselho instituído nos termos deste artigo terá 09(nove) membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:

I – Um representante do Poder Executivo;



Estado do Rio Grande do Norte

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS

- II - Um representante do Poder Legislativo;
- III - Um representante da Igreja;
- IV - Um representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
- V - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- VI - Um representante de pais de alunos;
- VII - Um representante dos professores;
- VIII - Um representante da Pastoral da Criança;
- IX - Um representante do Rotary Clube.

§2º - A participação no conselho instituído nos termos deste artigo, não será remunerada, ressalvando o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.

§3º - É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sede do Poder Executivo de Pau dos Ferros, em 03 de maio de 2001,  
113º da República.

**Francisco Nilton Pascoal de Figueiredo**  
**PREFEITO**